

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito e Ciências do Estado
Curso de Ciências do Estado

Daniel Pinto

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA CONSTRUÇÃO
PATRIMONIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS**

Belo Horizonte
2022

Daniel Pinto

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA CONSTRUÇÃO
PATRIMONIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Ciências do
Estado da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção
do título de bacharel Ciências do Estado.

Orientador: Rodrigo Magalhães

Belo Horizonte
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome – Daniel Henriques Pinto Rodrigues

Título – A importância da educação financeira na construção patrimonial para fins previdenciários.

Trabalho de conclusão de curso

Obtenção do título de bacharel no curso de Ciências do Estado

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito – Curso de Ciências do Estado.

Dia _____ de _____ de 2022

Rodrigo Magalhães – UFMG _____

Gabriel Afonso Campos – UFMG _____

João Barros – UFMG _____

*Ao Charles, amigo de longa data e entusiasta
sobre o tema deste trabalho*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, por me acompanhar durante este trabalho de pesquisa.

EPÍGRAFE

Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.

Benjamin Franklin

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a investigação acerca da Educação Financeira e suas origens em âmbito global; como a pauta se tornou uma política pública no Brasil e passou a ser matéria obrigatória, mesmo que transversal, em escolas do ensino fundamental e médio; e como, por meio dela, o brasileiro economicamente ativo pode estabelecer uma cultura de poupança capaz de beneficiá-lo na construção patrimonial para fins previdenciários fazendo frente ao prêmio deficitário garantido pela previdência social quando da sua aposentadoria. Para o cumprimento do objetivo deste estudo foram utilizados bases de dados e sites oficiais, artigos e monografias de autores diversos optando-se, portanto, por uma revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa. A teoria desenvolvida nesta pesquisa aponta a Educação Financeira como uma ferramenta essencial para se mudar hábitos inconscientes e impulsivos de consumo, que terminam por endividar pessoas atraídas pelas facilidades de crédito, por organização e administração sustentável do próprio dinheiro, estabelecendo assim uma cultura de investimento e poupança com vislumbre para um futuro, leia-se aposentadoria, segurança e tranquilidade.

Palavras-chaves: educação financeira; políticas públicas; investimento; aposentadoria.

ABSTRACT

This research has as focus of investigation the Financial Literacy its origins in the world; how its agenda became a public policy in Brazil; how it became a mandatory subject in elementary and high schools, even being a transversal topic; and how, through it, the economically active Brazilians could create a behavior of saving money to be able to build social security assets, to avoid relying only on using low-value of the public pension when they retire. With these research goals, databases and official websites, articles and monographs by different authors were consulted. The methodological approach, therefore, was to carry out a literature review. The theory developed in this research points out that Financial Literacy is an essential tool to change behaviors - such as unconscious and impulsive consumption that consequently indebted people attracted by credit facilities -, for new behaviors as a sustainable organization and the management of their own money, creating new a culture, of investment and savings, with a glimpse of a future, that is, with retirement, security and tranquility.

Keywords: financial literacy; public policy; investment; retirement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

ENEF – Estratégia Nacional em Educação Financeira

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

FNC – Fundo Nacional do Comércio

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

MEC – Ministério da Educação

ODCE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SERASA – Serviços de Assessoria S.A

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
<u>2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....</u>	<u>12</u>
2.1 O cenário internacional.....	12
2.2. A ENEF: Estratégia Nacional de Educação Financeira.....	14
2.3 Desafios da Educação Financeira no Brasil.....	15
2.4 Superando os desafios, descortinando possibilidades.....	17
<u>3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS PARA A APOSENTADORIA....</u>	<u>19</u>
3.1 Fundos de Investimentos Imobiliários.....	19
<u>4. CONCLUSÃO.....</u>	<u>20</u>
<u>5. REFERÊNCIAS.....</u>	<u>22</u>

1. INTRODUÇÃO

Aposentar-se, e aposentar-se bem, é um sonho de dez entre dez brasileiros que estão imersos no mercado de trabalho. Geralmente, no Brasil, cedo se começa a trabalhar, cedo se começa a pagar os encargos do INSS e cedo se começa a conjecturar o futuro após 30 a 35 anos de trabalho e contribuição social. Não é possível tratar do tema Previdência Social sem trazer à tona a população idosa, uma vez que os recursos advindos da aposentaria, em muitos casos, é a única renda dessa população. Envelhecer significa, em um de seus muitos aspectos, perder a capacidade física para o trabalho e deixar de fazer parte da classe economicamente ativa do país. Todavia, para um certo desespero da crescente população idosa, o sistema previdenciário brasileiro aponta sinais de falência há algum tempo.

As tentativas de reforma dos governos anteriores até a reforma em vigor proposta pelo governo atual¹ denunciam o seu possível colapso e também o colapso do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, responsável pela execução das políticas elaboradas pela Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda. Como se sabe, trata-se a previdência social, de um sistema de seguro social financiado de forma tripartite, isto é, uma parte é financiado pelos empregadores, outra parte pelos trabalhadores e, finalmente, outra parte financiada pelo Governo Federal. Para o trabalhador isso significa contribuir com o INSS por um longo período de tempo para, depois e somente, usufruir de um prêmio financeiro pelo tempo de serviço prestado. Um ponto de grande relevância nesta estrutura financeira é que existe uma imensa distância temporal entre o período em que se começa o pagamento da contribuição social e o “período fim”, em que se começa a vislumbrar a aposentadoria, ou seja, concluindo-se os requisitos para a aposentadoria de fato. Neste espaço de tempo o então contribuinte, antes de se tornar beneficiário, geralmente vive uma realidade econômico-financeira bastante difícil, diante de baixos salários, alto custo de vida, endividamentos, inadimplência, empréstimos, cobranças, inscrição em órgãos de proteção ao crédito como o SPC e SERASA, e em última instância a falência pessoal, onde as dívidas superam o patrimônio líquido deste cidadão.

¹ Jair Messias Bolsonaro, atual Presidente do Brasil, eleito em 2018 com 55,13% dos votos válidos em 2º turno.

E a realidade da fase de fruição dos valores relativos a aposentadoria não é diferente, geralmente inicia-se uma fase de forte aperto monetário para uma grande parcela dos contribuintes. Aposentar bem, de maneira honesta e digna, que permita a manutenção de um padrão de vida confortável, no Brasil, é uma conquista de uma parcela pouco significativa da população. O cidadão brasileiro de baixa e média renda passa a vida esperando a aposentadoria sabendo que o valor não será suficiente para arcar com todas as despesas da vida moderna e com possíveis eventualidades emergenciais, como gastos com a saúde por exemplo, e mesmo diante de tal fato, não possui conhecimento suficiente para se preparar e se estruturar financeiramente para gozar com tranquilidade do período pós-vida laboral. Todavia, o grande desafio se estabelece em como chegar bem nesse momento da vida e gozar dessa tranquilidade com dignidade e com estabilidade tendo como base da aposentadoria o pagamento sobre um salário mínimo, valor este sabidamente insuficiente para a manutenção mensal de uma família com gastos em saúde, alimentação, educação e moradia. É preciso conhecimento para administrar os próprios recursos financeiros, não gastar mais que o necessário, economizar, investir, pensar a longo prazo, não ceder aos imperativos do desejo vazio do consumismo inconsciente, não tomar decisões equivocadas comprometendo as finanças pessoais e acarretando dívidas e inadimplência. Em outras palavras, é preciso que o brasileiro compreenda os conceitos de Educação Financeira, se entenda e se estabeleça como sujeito economicamente ativo e se sinta inserido e parte de uma estrutura que busque fomentar a economia do país.

O presente estudo busca compreender um pouco mais a Educação Financeira e como ela pode auxiliar o brasileiro na construção patrimonial com vistas a formação de fluxo mensal de renda que, ao menos, sirva de complemento financeiro quando do período da aposentadoria.

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo delinearemos de maneira sucinta como a pauta da Educação Financeira se tornou uma importante agenda e moveu mecanismos e órgãos internacionais a fim de desenvolver estratégias eficientes de implementação por

parte dos governos, buscando formar cidadãos conscientes quanto ao seu papel dentro da economia, quanto ao uso e acúmulo do seu próprio capital

2.1 O cenário internacional

Embora não seja propósito desta pesquisa estabelecer os parâmetros e a trajetória da elaboração e construção de uma política pública é importante contextualizar como a Educação Financeira passou a figurar no cenário mundial como uma agenda. O tema passou a ser destaque no cenário internacional por volta do início dos anos 2000 quando se compreendeu que a pobreza estava diretamente atrelada ao que então se chamava exclusão financeira. A pauta estava em debate no G20² e também na OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que se dedica a estimular o desenvolvimento econômico e estudar os meios e estratégias para melhorar as políticas públicas no âmbito da economia, comércio, meio ambiente, tecnologia e educação. Governos e entidades internacionais compreenderam então que a Educação Financeira seria uma grande ferramenta para o combate à pobreza. Desta forma, esses organismos direcionaram esforços em estudos, produção de conteúdo, disseminação e incidência junto aos governos internacionais, setores privados e públicos, para adoção de boas práticas e estratégias eficazes de educação financeira. Assim, em 2003, a OCDE lançou o “*Financial Education Project*”³ que tinha como objetivo mapear e tipificar as iniciativas de educação financeira nos países membros da organização e alguns países selecionados e, posteriormente, analisar a eficácia e a eficiência dessas iniciativas. O resultado desse projeto foi um importante documento, o “*Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness* (OECD 2005)”⁴

² O G20 é uma organização internacional que reúne ministros da Economia e presidentes dos Bancos Centrais de 19 países e da União Europeia. São consideradas as mais importantes economias do mundo e, juntas, essas nações representam cerca de 80% de toda a economia global.

³ Projeto de Educação Financeira, nossa tradução.

⁴ Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Nossa tradução.

No qual o conselho da OCDE convidou países membros e não membros a considerar as recomendações ali descritas e a disseminar os princípios e as boas práticas entre instituições dos setores público e privado, com e sem fins lucrativos, que estivessem envolvidas no tema. Esse mesmo documento serviu de base para a definição adotada pelo Brasil em seu plano diretor. (RIBEIRO, 2019).

Outro documento importante que ajudou a nortear os países acerca das necessidades de se estabelecer políticas públicas de Educação Financeira foi elaborado pelo G20 em 2010, “*Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do G20*” que apresenta e recomenda aos seus países-membros, por exemplo, “cultivar amplo compromisso governamental pela inclusão financeira para ajudar no combate à pobreza” e “desenvolver educação e capacitação financeira”. (Fonte: <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/3-a-parceria-nacional>).

2.2. A ENEF: Estratégia Nacional de Educação Financeira

No Brasil, somente em 2007 o assunto sobre o tema passou a ser percebido na agenda governamental e em 2010 a “Estratégia Nacional em Educação Financeira” (ENEF)⁵ foi instituída como uma política pública permanente mobilizada em diferentes setores da sociedade brasileira, entrando no foco de prioridades e de ações governamentais.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O objetivo da ENEF, criada através do **Decreto Federal 7.397/2010**, e renovada pelo **Decreto Federal nº 10.393**, de 9 de junho de 2020, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A nova ENEF reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que juntos integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. (Fonte: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>)

Como dito anteriormente, não é proposta desta pesquisa analisar de forma profunda a política pública em questão, mas faz-se necessário salientar a importância da manutenção, aprimoramento e disseminação dessa política para que seja viável o aumento da qualidade de vida da população brasileira e, conseqüente, o desenvolvimento do país. Neste sentido são várias as ações da ENEF no âmbito

⁵ Para saber mais sobre a política pública, conhecer seus objetivos e diretrizes, programas, projetos, acessar cursos, artigos e mais informações visite a página oficial da ENEF: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>

da Educação Financeira, como por exemplo, o “Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira” realizados em 2013 e o mais recente em 2018. Dados deste último apontam 1.300 iniciativas em todo o Brasil, desde escolas de ensino médio a universidades públicas, universidades privadas, associações e iniciativa privada, sendo 80% dessas iniciativas ofertadas gratuitamente. A ENEF ainda desenvolve conteúdos de Educação Financeira para os públicos infantil, adolescente, jovem, adulto e, em especial, aposentados e mulheres responsáveis pela retirada do benefício bolsa família. São cartilhas, web-series, livros didáticos e artigos que tem como objetivo trazer luz e conhecimento sobre como organizar a vida financeira e a se relacionar de forma saudável com o dinheiro.

Mas, afinal, o que é Educação Financeira? A ENEF, seguindo a linha de raciocínio da OCDE, definiu Educação Financeira como

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (Plano Diretor ENEF).

Isto quer dizer que a Educação Financeira desenvolve habilidades no indivíduo para que ele tome decisões assertivas e seguras em relação a seus próprios recursos financeiros e, em última instância, torna-o mais apto a exercer o seu papel econômico, ampliando também seu bem-estar. A segurança financeira muda, inclusive o mercado, pois:

Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (SAVOIA; SAITO e SANTANA, 2007).

É mister destacar que, trata-se a Educação Financeira uma disciplina ou conhecimento disponível a qualquer pessoa, ou seja, não é, e não deverá ser a educação financeira um privilégio de uma classe social específica, pois ela não foi pensada para pessoas com determinado padrão ou poder financeiro ou para pessoas com mais ou menos disponibilidades financeiras. A Educação Financeira, portanto, é um meio de se ter uma vida mais sustentável e estável do ponto de vista

patrimonial, pois munidos de informações e orientações claras é possível aprender a organizar os gastos e a investir com vistas ao futuro, seja na forma de planilhas, aplicativos financeiros ou outro tipo de instrumento como uma simples agenda, identificando despesas de curto, médio e longo prazo e planejando os pagamentos de forma consciente, assim como o planejamento para formação patrimonial voltado a complementação de renda.

2.3 Desafios da Educação Financeira no Brasil

O mundo contemporâneo tem o consumismo como forte característica. Grandes marcas investem pesado em marketing e propaganda, estabelecem padrões de moda, de comportamento e também uma cultura de desejo pelo supérfluo. Diante desses objetos e bens de consumo considerados equivocadamente imprescindíveis, o cidadão se desestabiliza financeiramente e gasta mais que a sua renda permite, se tornando assim uma pessoa endividada. Essa realidade descreve o perfil de milhares de brasileiros que não tem uma boa relação com o dinheiro, não sabem planejar a curto, médio e longo prazo, não tem reservas para emergências e, ao final, estão sempre sem recursos, endividados e dentro das estatísticas de inadimplência.

Não é necessário se debruçar em estudos aprofundados ou pesquisas elaboradas para compreender que o brasileiro não tem formação financeira suficiente para gerir suas próprias finanças e, também, não é preciso ir muito longe para entender os motivos. Ademais, para gerir seu próprio patrimônio antes é necessário ter os recursos financeiros, pois, a princípio, se economiza apenas aquela parte do salário mensal que sobra após o pagamento de todas as despesas essenciais. Dados de uma pesquisa realizada em 2020 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) revelam que cerca de 45% dos brasileiros não controlam seus recursos financeiros e daqueles que o fazem, cerca de 20% se servem da própria memória para tal. Não temos no Brasil uma cultura de economia e, para grande contingente de brasileiros, investir é guardar dinheiro na Caderneta de Poupança. Em 2021 o “Fundo Garantidor de Crédito – FGC” divulgou o surpreendente número de 235 milhões de contas poupança ativas no Brasil. Essa marca confirma que, além

de não conhecer outras modalidades de investimento mais rentáveis, o brasileiro tem um perfil conservador em se tratando do assunto.

Consumo impulsivo, baixo poder aquisitivo e falta de informações acerca de modalidades de investimentos e outros meios de organizar os próprios recursos financeiros são apenas alguns dos desafios que devem ser superados, mas Educação Financeira não se resume apenas em saber como investir recursos no Mercado Financeiro e, na verdade, não tem relação apenas com poupar dinheiro. A Educação financeira, partindo de uma análise menos financeira e mais subjetiva, requer uma mudança de comportamento e uma nova chave de leitura do mundo, requer uma mudança na forma de se entender o dinheiro e um controle quanto aos impulsos consumistas e a necessidade, ou desejo, de acumular bens. Embora todas as pessoas, indiferente da classe social, precisem aprender a lidar com o dinheiro, a Educação Financeira é uma ferramenta muito importante para as classes menos favorecidas, pois quem tem muitos recursos financeiros disponíveis geralmente possui uma margem de segurança mais elevada em todos os aspectos da vida, inclusive para o consumo discricionário. Os mais pobres e os menos favorecidos financeiramente têm preocupações reais com dívidas todos os dias. Os custos para manutenção da vida moderna, isto é, com as necessidades básicas de sobrevivência como alimentação, segurança e moradia são cada vez mais altos, sendo que a inflação persistente corrói o poder de compra dos mais pobres dificultando assim a retirada de parte dos recursos mensais para fins de aposentadoria e também de construção de reserva de emergência.

2.4 Superando os desafios, descortinando possibilidades

Conforme exposto acima, entendemos que a Educação Financeira é uma ferramenta para formar e educar as pessoas quanto ao uso do dinheiro, ou seja, como ganhar, guardar, gastar e administrar os próprios recursos, evitando o uso inconsciente e a formação de dívidas. Parece simples. Trabalhar, receber a remuneração, pagar despesas fixas, reservar uma parte para o lazer e poupar a diferença. E a questão é realmente simples, é uma equação matemática tão antiga quanto o próprio dinheiro, não gaste mais do que recebe, se as saídas forem

maiores que as entradas, o saldo é negativo. Entretanto, dados da “Federação Nacional do Comércio – FNC” mostram um panorama assustador da inadimplência no Brasil em junho de 2022. O estudo mostra que 77,3% das famílias brasileiras estão inadimplentes; 28,5% tem dívidas a vencer e destes, 10,6% não terão condições de honrar seus compromissos.

Os dados da pesquisa confirmam nosso analfabetismo financeiro e a urgência de uma formação nesse sentido. Assim, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC, a partir de 2020 todas as escolas, tanto as de ensino fundamental quanto médio, devem oferecer a temática da Educação Financeira em sua grade curricular, mesmo que seja de forma transversal, isto é, incluída dentro de alguma disciplina, como por exemplo, Matemática. É claro que somente essa iniciativa não é suficiente para resolver a questão, todavia, é importante oferecer tais conhecimentos às crianças para que elas possam, desde cedo, começar a entender a relação trabalho versus dinheiro e como é possível administrar os gastos de forma equilibrada para obter saúde e segurança financeira. Isto abre perspectivas e pode fazer toda a diferença para o futuro destas crianças e adolescentes que aprenderão a traçar metas de curto, médio e longo prazo. Abre também o caminho para a construção de uma cultura de poupança e investimentos em contraposição à cultura do consumo inconsciente e impulsivo.

A Educação Financeira, como vimos, ajuda a população a estabelecer uma relação saudável com o dinheiro e deixa evidente a importância de traçar planos de curto, médio e longo prazo. Em termos práticos pode-se pensar e, sobretudo, organizar as despesas nesta perspectiva de tempo:

- Curto prazo: despesas fixas, como por exemplo, aluguel, água, energia elétrica, internet, telefonia, alimentação mensal, plano de saúde, gás, academia, despesas variáveis com lazer e emergências com saúde etc;
- Médio prazo: educação (universidade e cursos livres), automóvel, compra de viagens, investimento no mercado financeiro com liquidez de 2 anos a 5 anos;
- Longo prazo: aquisição da casa própria, investimentos no mercado financeiro com liquidez superior a 5 anos.

Quando se dedica um tempo para organizar a vida financeira e organizar tudo de forma pragmática, é possível tomarmos uma certa distância do problema e

podemos observá-lo de forma mais abrangente. Ao final do processo é possível perceber que a vida moderna exige um posicionamento firme e planejado do ponto de vista financeiro. São muitos os bens e serviços disponíveis que tornam a vida mais confortável e mais prazerosa. E tudo isso ao toque de um simples cartão de crédito. Esse, inclusive é um dos grandes vilões quando se trata de descontrole financeiro. Entender a dinâmica de crédito é realmente complexo e os juros praticados nesse nicho de mercado são extremamente elevados.

Mas, para desmistificar a relação com as dívidas, é sempre possível reverter situações.

1. Não contrair ou assumir dívidas parceladas, desnecessárias ou supérfluas. É preciso ter paciência e mudar a chave de leitura, como citado e controlar os gastos;
2. É preciso se organizar e, como dito, colocar tudo no papel, preparar uma planilha e detalhar todas as dívidas. Incluir as receitas, despesas para entender qual o próprio custo mensal. Ao final tem-se sobras ou déficits? Em outras palavras, organizar o orçamento.
3. Identificadas as despesas é preciso entender as dívidas em atraso. Quais as dívidas são possíveis quitar com as receitas mensais, quais as dívidas são necessárias e possíveis renegociar? Tudo isso deve ser detalhado o máximo possível. E claro, se possível, pagar as renegociações a vista para aproveitar descontos.
4. Evitar recorrer a empréstimos, nestes casos, melhor, recorrer a família, verificar de onde pode vir ajuda.
5. Buscar rendas extras.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS PARA A APOSENTADORIA

Como defendido anteriormente, a Educação Financeira é um caminho viável para se aprender a ganhar, a gastar, a guardar, a organizar, a administrar e a planejar o uso do próprio dinheiro. É por meio desse processo que se aprende a observar o futuro e a preparar os caminhos para a sua chegada. É nesse processo

que se desenvolve a cultura de poupança e de investimento. E é também nesse processo que podemos nos reconhecer como investidores, sejam aqueles de perfil conservador, moderado ou arrojado, e identificar uma linha de investimento que seja adequada para a composição de uma renda complementar à aposentadoria formal. O agir ideal na vida de um trabalhador educado financeiramente seria planejar os gastos, economizar ou investir recursos para garantir o seu padrão de vida quando cessar o período de atividades laborais e, finalmente, se aposentar. Por meio do mercado financeiro é plenamente possível se investir em ativos que possuem um viés previdenciário, ou seja, ativos que geram renda mensal. Esta renda mensal, diferentemente da previdência social, é oriunda de valores pertencentes ao próprio investidor, ou seja, são receitas advindas das distribuições feitas por empresas consolidadas e fundos imobiliários. Atualmente a indústria de investimentos está cada vez mais acessível ao público em geral, os custos de se investir estão cada vez mais baixos, democratizando assim o acesso a produtos antes apenas disponíveis para as classes mais abastadas. Hoje, com valores consideravelmente baixos, é possível se investir em grandes empresas listadas em bolsa de valores, assim como é possível se investir em ótimos fundos imobiliários, sendo estes detentores de imóveis de alto padrão e atuantes em diversas áreas da economia real, como lajes corporativas, hospitais e galpões logísticos. Importante destacar que investir em empresas consolidadas e bons imóveis historicamente são formas de extrema eficiência em relação a obter proteção contra a inflação, uma vez que imóveis e empresas conseguem repassar o aumento de custos para seus respectivos públicos finais. Tudo isto com a vantagem de serem oriundos de recursos próprios, ou seja, o valor global investido pelo cidadão fica disponível para, caso necessário um evento de liquidez, estarem disponíveis de forma rápida e desburocratizada para o investidor, mecanismo este inexistente no âmbito da previdência social, onde é garantida apenas a renda mensal para os beneficiários, desde que cumpridos vários requisitos exigidos por lei.

3.1 Fundos de Investimentos Imobiliários

Dentre as alternativas de ativos geradores de renda para a aposentadoria estão os fundos imobiliários, estes fundos são negociados em bolsa de valores assim como as ações, e são obrigados a distribuírem no mínimo 95% de suas receitas por semestre, mas, na prática, a maioria dos fundos imobiliários distribuem renda mensal para seus cotistas. Os rendimentos dos fundos imobiliários são isentos de imposto de renda para pessoa física, mecanismo este criado para fomentar a indústria e atrair este público para o investimento nesta indústria.

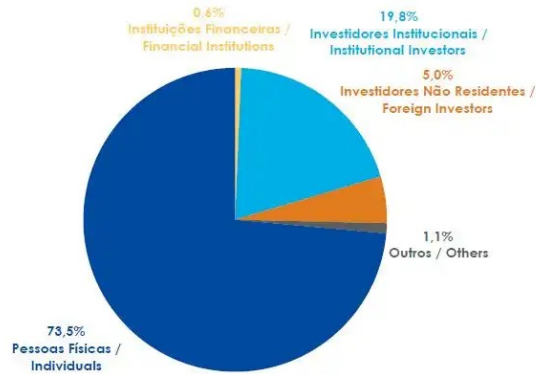
Os fundos imobiliários têm como grande atrativo a geração mensal de renda, ou seja, o investidor que compra cotas dos fundos imobiliários passa a receber mensalmente um valor proporcional ao seu investimento, logo, um número cada vez maior de investidores recorrem a este tipo de investimento como forma de complementarem sua renda, ou mesmo, em alguns casos, este valor passa a ser sua principal fonte de renda.

O investidor de fundos imobiliários pode ter retornos financeiros via rendimentos mensais, e também através da possível valorização das cotas. A indústria de fundos imobiliários já avançou bastante em relação ao seu início, estando cada vez mais bem fundamentada e com uma qualidade de ativos extremamente satisfatória e sólida. Em termos de legislação também houve bastante avanço, proporcionando a indústria e investidores um terreno fértil para seu crescimento e consolidação.

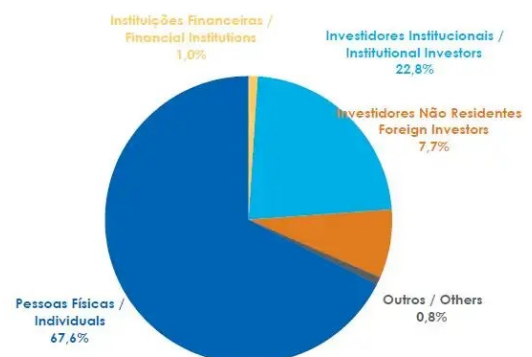
Através dos fundos imobiliários é possível se construir um excelente portfólio previdenciário, ou seja, uma carteira bem diversificada e com bons ativos geradores de renda. Muitos fundos imobiliários possuem contratos de locação de longo prazo, o que garante ainda mais previsibilidade em termos de fluxo de caixa para o investidor

Notamos que os fundos imobiliários são um poderoso instrumento de fomento a aposentadoria privada, tanto pela segurança que o setor imobiliário proporciona, como pela expectativa de fluxo mensal de recursos, sendo este fator primordial quando o assunto é aposentadoria.

Participação na posição em custódia (R\$) - fevereiro de 2022
Custody position by type of Investor (BRL) - February 2022



Participação no volume negociado (R\$) - fevereiro de 2022
Trading volume by type of Investor (BRL) - February 2022



Fonte: Boletim mensal de FIIs da B3

4. CONCLUSÃO

Planejar o futuro sempre foi um assunto distante das classes menos favorecidas. Os imperativos e exigências da vida moderna como o trabalho, as relações afetivas, política e economia globalizadas, bens de consumo cada vez mais facilitados pelas diversas opções de crédito, redes sociais que estabelecem um padrão de felicidade cada vez mais distante compõem um complexo jogo em que tentamos nos inserir a qualquer preço. Todavia, tal preço pode exceder nossas capacidades financeiras e o custo para pertencer ou fazer parte de algo é o endividamento, a inadimplência e o descontrole financeiro.

E o futuro se mostra, então, como algo distante, turvo e sem expectativas. Planejar, portanto, é o novo imperativo, ou seja, pensar qual futuro é possível e quais as estratégias e medidas são necessárias para concretizá-lo se tornam algo que deve fazer parte do cotidiano de toda a população. Organizar a vida, organizar as despesas, organizar, porque não, o desejo, são alguns dos caminhos para se alcançar a estabilidade financeira. E não somente isso. O endividamento e o descontrole financeiro podem desencadear muitos sentimentos negativos na população, como a ansiedade, culpa e demais problemas de ordem psicológica. Todos os aspectos da vida são comprometidos quando não se consegue cumprir

com as obrigações financeiras e até mesmo o rendimento no trabalho geralmente se torna comprometido, ou seja, surgem grandes problemas na fonte em que se espera obter os recursos necessários para solucionar as questões de ordem prática. Apesar de parecer um paradoxo, em muitos casos o indivíduo que possui muitas dívidas passa inclusive a se endividar mais para tentar dar resolução a situação, sendo certo que com a falta de Educação Financeira, este indivíduo não possui o discernimento básico para analisar questões primordiais em sua situação como o custo de carregamento da dívida e o fluxo mensal necessário para amortizá-la, se estabelecendo assim um descontrole financeiro e emocional..

É neste sentido que a Educação Financeira se revela como um grande aliado para o planejamento das estratégias. É por meio de um processo de aprendizagem, mesmo que caracterizado também por erros e acertos, que se pode chegar à estabilidade, alterando padrões inconscientes de consumo para hábitos sustentáveis. Pensar o futuro de forma estratégica é saber usar o próprio dinheiro no tempo presente de forma assertiva, é comprar sem excessos, é gastar menos do que se recebe, é encontrar o equilíbrio entre experimentar o prazer do momento presente e garantir a segurança do futuro. Conclui-se com esta pesquisa que é primordial a necessidade de se ter uma vida financeira saudável e estruturada, sendo o acúmulo de recursos de forma individual com vistas a garantir uma aposentadoria segura um fator de extrema importância neste contexto.

Enquanto Política Pública de caráter permanente, a Educação Financeira presta um papel importantíssimo na vida dos brasileiros. Quando repetimos a expressão pensar no futuro, pode-se entender, em outras palavras, como aposentadoria. É fato que os rumos da Previdência Social no Brasil não são os melhores. Assim, pensar em outras fontes de renda que não dependam do uso da força de trabalho no período pós laboral é de suma importância quando se vislumbra um período de estabilidade financeira, combinado com uma estrutura patrimonial formada para qualidade de vida em grau satisfatório. Tais fontes de renda podem advir de recursos de aplicações no mercado financeiro, em especial as ações de empresas consolidadas e fundos imobiliários, ambos bons pagadores de dividendos. O que se conclui é que sem organização e planejamento financeiro, sem a adoção de uma cultura de poupança e investimento e sem Educação Financeira, esse cenário de estabilidade financeira na aposentadoria se torna algo distante e complexo. Como dito acima, são as pequenas ações do dia-a-dia, tendo sempre em

consideração o curto, médio e longo prazo, que farão uma enorme diferença no futuro, descortinando uma época de segurança e fruição dos recursos acumulados durante toda a vida laboral.

5. REFERÊNCIAS

A Parceria Nacional para Inclusão Financeira. Disponível em: <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/3-a-parceria-nacional>. Acessado em 11/07/2022.

BRASIL: Implementando a estratégia nacional de educação financeira. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENE_F.pdf. Acessado em 11/07/2022.

COELHO, Oswaldo. **FGC aponta que contas poupança com mais de R\$ 100 mil seguem aumentando durante a pandemia.** Disponível em <https://news.vlgi.com.br/artigo/2021-05-02/fgc-aponta-que-contas-poupanca-com-mais-de-rdollar-100-mil-seguem-aumentando-durante-a-pandemia>. Acessado em 11/07/2022.

Confederação Nacional do Comércio. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – junho de 2022.** Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-de-2022/431749>

Desafios da educação financeira no Brasil. Disponível em: [https://blog.vexter.com.br/educacao-financeira-do-brasil/#:~:text=Cen%C3%A1rio%20atual%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20no%20Brasil&text=Para%20se%20ter%20uma%20ideia,ao%20Cr%C3%A9dito\)%2C%20de%202020](https://blog.vexter.com.br/educacao-financeira-do-brasil/#:~:text=Cen%C3%A1rio%20atual%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20no%20Brasil&text=Para%20se%20ter%20uma%20ideia,ao%20Cr%C3%A9dito)%2C%20de%202020). Acessado em 11/07/2022.

ENEF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acessado em 11/07/2022.

Fundos imobiliários fecham sexta sessão seguida no vermelho e encerram semana com queda de 0,79% Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/fundos-imobiliarios-tem-menor-volume-financeiro-mensal-desde-novembro-de-2020-aponta-b3-ifix-opera-em-alta/> . Acessado em 12/03/2022

MACEDO, Jurandir Sell. **Saiba quais são os principais desafios da educação financeira no Brasil.** <https://www.nsctotal.com.br/noticias/saiba-quais-sao-os-principais-desafios-da-educacao-financeira-no-brasil>. Disponível em 11/07/2022.

MATOS, Yon Macedo. **A importância da educação financeira na formação dos estudantes.** Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/economia-financas/a-importancia-da-educacao-financeira-na-formacao-dos-estudantes.htm#:~:text=Em%20s%C3%ADntese%2C%20ter%20aulas%20de,que%20possuem%20cr%C3%A9dito%20no%20mercado>. Acessado em 11/07/2022.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de)

[%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](#). Acessado em 11/07/2022.

OLIVEIRA, Danielly. **Educação financeira nas escolas: o desafio de ensinar sobre dinheiro no Brasil**. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/educacao-financeira-nas-escolas/>. Acessado em 11/07/2022.

Pesquisa global sobre educação financeira: S&P Finlit Survey. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/>. Acessado em 11/07/2022.

Plano diretor ENEF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acessado em 11/07/2022.

SANT ANA, Marcus Vinicius Sousa. **Educação Financeira no Brasil: um estudo de caso**. Disponível em <file:///C:/Users/vsm19/Downloads/Marcus-Vinicius-Sousa-Sant-Ana.pdf>. Acessado em 11/07/2022.

SANTOS, Matheus Amaral dos. **Incremento de Renda na Aposentadoria: comparativo entre aplicações em imóveis comerciais e fundos imobiliários**. Disponível em [file:///C:/Users/vsm19/Downloads/001064176%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/vsm19/Downloads/001064176%20(1).pdf). Acessado em 11/07/2022.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue e SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Disponível em: <file:///C:/Users/vsm19/Downloads/transferir%20artigo%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira.pdf>. Acessado em 11/07/2022.